

A **FORMAÇÃO** do educador em debate. *Cadernos do CEDES, São Paulo, 1 (2):1-78, 1981.*

Essa edição monotemática dos **Cadernos do CEDES** reúne trabalhos que abordam a questão da formação do educador, tanto na sua função social quanto no aspecto formativo do curso de Pedagogia e enfatizam a importância do debate no momento em que a Educação, como prática formal do ensino, está em crise, mostrando que a discussão sobre a formação dos educadores só é relevante quando inserida na realidade sócio-econômica e política. Constituindo-se no primeiro artigo da edição, o tema **Ação Conjunta na Formulação de Propostas de Formação do Educador**, apresentado por Jefferson Ildfonso da Silva, aborda o problema da formação do educador, dando ênfase ao fato de que sua análise não pode ser desligada do contexto mais amplo que lhe dá características, qual seja, a realidade sócio-política, pois soluções independentes de tal contexto não são viáveis.

Em sua análise, Ildfonso afirma que a abordagem crítica e a intervenção transformadora sobre o que está se dando atualmente nesse setor é de grande valia para o encaminhamento da transformação global e propõe uma forma de ação capaz de interferir nesse processo, em virtude da constatação de que a formação do educador preocupa os educadores, as agências formadoras, as instituições de educação, a comunidade social e os órgãos oficiais. Mostra, além disso, que um grande número de universidades e faculdades isoladas constituíram grupos para analisarem o problema e apresentarem proposições. Tais trabalhos, entretanto, não tiveram divulgação adequada e, conseqüentemente, eficácia.

O autor aborda as decisões oficiais em Educação, questionando sua moralidade e destacando-as como sendo restritas a algumas autoridades e marcadas pela centralização.

Explicitando outro aspecto da questão, salienta estar-se formando uma consciência profissional entre os educadores que constituíram comitês (nacional e regionais) com o objetivo de intervir no processo de mudanças que os atingem diretamente. Apesar de obstáculos como a dificuldade de sensibilizar e mobilizar os educadores, além da premência do tempo, os comitês pretendem, segundo o autor, apresentar um projeto alternativo onde o pensamento e a experiência dos educadores estejam expressos, para ser confrontado com os projetos dos órgãos governamentais. José Miguel Rasia, em **Pedagogia e Educação ou de Como Falar sobre o Óbvio** enfoca a questão educacional na sociedade capitalista, considerando sua divisão de trabalho e suas classes sociais.

Ao analisar a história da divisão de trabalho, Rasia afirma que a diferenciação mais significativa do processo de produção social resultou da destruição das formas artesanais pelas forças produtivas capitalistas, centradas em dois grupos de agentes: os que executam e os que controlam o processo. Para mostrar isso, faz uma retrospectiva da história da produção, a partir do trabalho artesanal, onde a habilidade e o domínio do trabalhador eram essenciais.

Evidencia, também, que a necessidade de cooperação entre artesãos exigiu uma certa especialização, acarretando a dissociação das diversas operações de trabalho a fim de torná-las mais produtivas, e que daí surge a manufatura, já sob o comando do capitalista.

Ainda evidenciando a diferença entre os agentes de produção, relembra que o trabalhador, na medida em que assume uma operação parcial do trabalho, deixa de ser independente e passa a pertencer a um corpo coletivo. Apesar disso, permanece sendo a unidade fundamental do processo de trabalho que continua dependente de sua habilidade e de seu instrumental. Só com o desenvolvimento do sistema de maquinaria, lembra Rasia, foram criadas as bases técnicas típicas da produção capi-

---

talista, separando, definitivamente, o trabalhador das condições de produção. Isso o torna livre e capaz para “vender no mercado sua força de trabalho”, em condições jurídicas de igualdade.

Enfatiza que, criadas tais condições, “o trabalho perde a sua concretude e passa a interessar somente enquanto elemento capaz de criar valor”, exigindo, pois, especialização do trabalhador, o que leva à perda do controle do processo de produção.

Ainda segundo o autor, “o desenvolvimento dessa disciplina, necessária à realização da mais-valia no interior da fábrica, se dá de forma despótica, através da dominação direta do capital sobre o trabalho”, sendo “a submissão, a passividade e a alienação” as atitudes e comportamentos necessários a um bom trabalhador. Continuando sua análise, mostra que a habilidade e o conhecimento do artesão são substituídos por atitudes e comportamentos que, “enquanto manifestação de uma certa sociabilidade, não mais se desenvolvem no mesmo lugar do trabalho, mas sim no interior de uma instituição específica: a organização escolar”.

Rasia salienta, no entanto, que a pedagogia pode contribuir no processo de trabalho, à medida que compreender a importância da dimensão política na formação do trabalhador. Considera que a divisão de trabalho na escola reproduz o modelo da sociedade capitalista, pois “comporta uma série de mecanismos de seleção, dominação e de criação de comportamentos e atitudes”, explicitando, entretanto, que tal divisão possui características próprias, pois “na escola a parcelarização do trabalho intelectual se materializa na separação entre o trabalho do pedagogo propriamente dito — direção, orientação, supervisão — e do professor. Ambos, porém, desempenham suas funções no mesmo ramo de trabalho: no trabalho intelectual”. Reconhece, também, que o processo de produção escolar baseia-se nas funções de controle e administração, cabendo ao professor a execução do planejamento institucional, e que a gestão desse processo “nada mais é do que a administração da luta ideológica das classes no interior da organização escolar”. Afirma, ainda, que “a criação de novas funções no interior da escola corresponde em certa medida à organização do trabalho no modo de produção capitalis-

ta, por um lado. Por outro, corresponde também à complexificação da ciência enquanto atividade produtiva”.

Rasia aponta também duas alternativas com as quais se depara o professor, agente do trabalho pedagógico: “cooptar com a administração escolar ou reconquistar, via organização política, o controle senão da escola, pelo menos da sala de aula”.

Considerando a “importância e os limites do trabalho pedagógico, o caráter dialético, contraditório da organização escolar” entende que não existe crise na escola, mas sim na prática da dominação capitalista. Assim, reivindica como tarefa para a pedagogia “o poder de decidir e de organizar o trabalho pedagógico”, além do “poder de trazer para a sala de aula as grandes questões do cotidiano da classe trabalhadora”.

Em *A Educação do Educador*, Jefferson Ildfonso da Silva analisa o aspecto político da educação, enquanto inserida no contexto cultural, considerando as relações de estrutura e superestrutura da sociedade. Ressalta ser necessária a formação de uma concepção de mundo homogênea, a qual deve se realizar como um fato cultural resultante da ação educacional. Assim, o papel fundamental da educação consistiria na busca de uma cultura hegemônica.

Para superar a contradição entre as classes sociais, esclarece Ildfonso, urge “um novo tipo de intelectual vinculado à massa popular, comprometido com a realidade dela e com o esforço de ajudá-la a pensar criticamente essa mesma realidade”.

Isso, alerta o autor, exige uma conveniente educação do educador e leva à questão de sua formação, posto que devem ser considerados os diferentes agentes formadores como a escola, as instituições sociais, as organizações de classe, os movimentos de preocupações populares e até os partidos políticos, além da interação pessoal.

Ildfonso fixa, entretanto, sua análise na escola, pois compreende que aí são oferecidas as bases para o discernimento crítico, tão necessário ao desenvolvimento da prática pedagógica que, apesar de ambígua, é



---

fator primordial da educação do educador, afirmando ser necessário reforçar sua função científico-cultural.

Lembra, ainda, os cursos de Pedagogia e Licenciatura das faculdades de Educação, responsáveis diretos pela formação dos educadores, criticando-lhes alguns aspectos organizacionais e curriculares. Salienta que a reforma destes cursos exige a recuperação entre a teoria e a prática educativa, a fim de que a formação do educador possibilite a este compreender a dimensão pedagógica e social da Educação como um todo e, ainda, agir eficientemente, na escola e na sociedade. Assim, "a formação específica viria como instrumentalização técnica necessária para a atuação nos setores especializados da sociedade, e não como fragmentação da ação educativa escolar".

Finalizando, Ildefonso ressalta o obscurecimento do papel do professor, apesar de sua importância básica, apontando as causas prováveis para o fato e as consequências disso nos cursos de Pedagogia e, logicamente, na formação do educador.

Wagner Gonçalves Rossi, em *O Papel do Pedagogo na Sociedade*, discute essa função considerando que, nas sociedades de classes, as relações de conflito, de oposição, de dominação resultam do confronto entre os trabalhadores e os capitalistas.

Afirma haver uma inevitável oposição de interesses, porquanto o poder está desigualmente distribuído entre as pessoas e as classes sociais, o que gera um processo de dominação. Esclarece, ainda, que os agentes socializadores, isto é, a família, a escola, as igrejas e os meios de comunicação de massa transmitem aos trabalhadores a concepção de mundo da classe dominante, embora reconheça ser muito complexa a passagem de ideologia. Assim, o papel do pedagogo é colocado pelo autor "nesse contexto maior de uma sociedade de dominação" e a educação institucional, num primeiro momento, como "parte desse processo de dominação, de hegemonia".

Ao analisar tais questões, Rossi enfatiza que o compromisso fundamental do educador é com o povo, reconhecendo, entretanto, que a prática

educativa, isoladamente, não conduz à transformação da sociedade, que se opera mediante a alteração da organização produtiva. Mostra aos educadores os riscos de atitudes imobilistas, esclarecendo existirem aqueles "que se deixam enredar por uma concepção economicista mecânica e reducionista que os leva a acreditar que o processo de transformação se dá apenas na economia", assim como há os messiânicos pedagógicos que "insistem em mudar a sociedade pela educação".

Dessa forma, o autor considera que restam ao educador engajado três opções: 1) "trabalhar no sistema, assumindo seu compromisso com o povo", o que implica participar da educação formal na escola pública, para que aí "a escolarização do povo assuma uma nova 'qualidade', uma qualidade diferente, que faça dela uma contra-educação, uma educação contra-hegemônica"; 2) "trabalhar na educação alternativa", onde o educador possa "levantar subsídios que permitam à classe trabalhadora dispor de elementos os mais ricos possíveis na discussão de seu projeto social alternativo, inclusive, embora não primordialmente, para a escola"; ou 3) "trabalhar com educação complementar" para "dar à criança trabalhadora suplementarmente e fora da escola" aqueles elementos que lhe permitam "posicionar-se criticamente perante essa escola formal".

A necessidade da Faculdade de Educação assumir um papel político e educativo, capaz de contribuir para o desenvolvimento cultural, é analisada por Moacir Gadotti no artigo *A Faculdade de Educação e a Integração Universitária*, onde afirma ser preciso repensar o significado da própria Educação, entendida hoje como mera escolarização.

Gadotti centra sua análise nos cursos de formação do educador, mostrando que à Faculdade de Educação cabe o debate dos problemas e a busca de soluções. Ressalta, entretanto, que, para isso, ela deve adquirir autonomia, a fim de integrar a escola com a sociedade e "conferir sentido universitário à própria Universidade", já que as áreas fundamentais do conhecimento estão inseridas nas "Ciências da Educação, concebidas como 'intersecção' de diversas ciências vivendo em estreita interdisciplinaridade". Finalmente, analisando comparativamente a legislação

---

*pertinente aos cursos de Pedagogia, Eduardo Chaves enfoca, sobretudo, os pareceres e indicações de autoria do prof. Valnir Chagas ao desenvolver o tema O Curso de Pedagogia – Um Breve Histórico e um Resumo da Situação Atual. Ao longo do artigo, o autor mostra as controvérsias sobre o assunto, apontando, também, as convergências. Ressalta,*

*ainda, que as mudanças propostas para a “redefinição” desses cursos foram coerentes, pois desenvolveram e explicitaram idéias anteriormente esboçadas, assim como “regularizaram algumas soluções que eram transitórias e ‘transitorizaram’ outras que eram regulares”. (Maria Francisca Teresa F. de O. França)*